

ATA NÚMERO 66/XIII/ 1.ª SL

Ao dia 6 do mês de outubro de 2016, pelas 17:50 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, sobre o Relatório do Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras 2015 (1.ª parte) e no âmbito da apreciação, na especialidade, dos Projetos de Lei n.º 289/XIII/1.ª (PSD), 293/XIII/1.ª (CDS-PP) e 301/XIII/2.ª (BE) (2.ª parte).**
- 2. Apreciação e votação das atas n.º 64 e 65.**
- 3. Apreciação da nota de admissibilidade da Petição n.º 149/XIII/1.ª – Atraso no reembolso de IRS relativo ao exercício de 2015.**
- 4. Discussão e votação na especialidade das propostas de alteração referentes ao Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, que “Procede à terceira alteração ao Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março”, no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 17/XIII (PSD) e 18/XIII (CDS-PP).**
- 5. Discussão e votação na especialidade das propostas de alteração referentes ao Decreto-Lei n.º 41/2016, de 01 de agosto, que “No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 131.º, pelos n.ºs 3 e 4 do artigo 140.º e pelos artigos 148.º a 150.º, 156.º, 166.º e 169.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, o Decreto-Lei n.º 185/86, de 14 de julho, o Código do Imposto do Selo, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Único de Circulação”, no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 19/XIII (PSD), 20/XIII (CDS-PP) e 21/XIII (BE).**
- 6. Deliberação sobre a realização de parecer ao Projeto de Lei n.º 303/XIII/2.ª (PCP) - Repõe direitos e rendimentos e assegura o direito à contratação coletiva no setor público empresarial revogando as normas gravosas do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. – Competência da COFMA por “conexão” (Cabe ao GP PSD).**

- 7. Designação de autor de parecer à Proposta de Lei n.º 31/XIII/2.ª (GOV) - Consagra um regime transitório aplicável às declarações de rendimentos de IRS relativo a 2015, que permite a opção pela tributação conjunta em declarações entregues fora dos prazos legalmente previstos. (Cabe ao GP PS).**
- 8. Deliberação sobre a realização de parecer ao Projeto de Lei n.º 304/XIII/2.ª (CDS-PP) - Altera a Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais), eliminando o benefício de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os partidos políticos. – Competência da COFMA por “conexão” (Cabe ao GP BE).**
- 9. Redação final do Projeto de Resolução n.º 465/XIII/2.ª (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que assegure a nulidade da interpretação feita pela Autoridade Tributária relativamente à cobrança retroactiva do IVA às prestações de serviços das Terapêuticas Não Convencionais regulamentadas pela Lei n.º 71/2013 de 2 de Setembro.**
- 10. Deliberação sobre a realização, a solicitação da CAE, de parecer ao Projeto de Resolução da CAE – cartão verde -, com origem nos Projetos de Resolução n.º 300/XIII/1.ª (PSD) - Recomenda o Reforço do Quadro Jurídico Comunitário de modo a aumentar a transparência nas transações financeiras -, 317/XIII/1.ª (PS) - Recomenda o reforço e o aprofundamento da coordenação e ação europeia em matéria de transparência no domínio da fiscalidade e nas transações financeiras -, e 362/XIII/1.ª (CDS-PP) - Recomenda medidas para aumentar a coordenação da ação europeia em matéria de transparência no domínio da fiscalidade e do combate à elisão fiscal. (Cabe ao GP CDS-PP).**
- 11. Discussão e votação do requerimento do PSD - Audição urgente do Senhor Ministro das Finanças.**
- 12. Outros assuntos.**

O Senhor Vice-Presidente, Deputado Paulo Trigo Pereira, iniciou os trabalhos, começando a reunião pela discussão de alguns pontos que na Ordem do Dia seriam posteriores à audição prevista no ponto 1.

2. Aprovação das atas n.º 64 e 65.

As atas foram aprovadas por unanimidade.

3. Apreciação da nota de admissibilidade da Petição n.º 149/XIII/1.ª – Atraso no reembolso de IRS relativo ao exercício de 2015.

O Senhor Vice-Presidente lembrou os elementos suscitados em anterior reunião da Comissão, nomeadamente o facto de a nota de admissibilidade propor o arquivamento da mesma, com a respetiva fundamentação, e a questão colocada pelos Serviços à peticionária, conforme sugerido pela Senhora Presidente, no sentido de saber se o objeto da petição se mantinha por cumprir. O Senhor Vice-Presidente informou que a peticionária já recebeu o reembolso de IRS, conforme declarado pela mesma.

O Senhor Deputado António Leitão Amaro, pedindo o adiamento deste e dos outros pontos para a próxima reunião da Comissão, interveio, não obstante, discordando de ambas as premissas, não só quanto à questão das competências da Assembleia da República relativamente à atividade administrativa como também quanto à possibilidade de arquivar uma petição face ao exaurimento do seu objeto.

O ponto foi adiado para a próxima reunião.

7. Designação de autor de parecer à Proposta de Lei n.º 31/XIII/2.ª (GOV) - Consagra um regime transitório aplicável às declarações de rendimentos de IRS relativo a 2015, que permite a opção pela tributação conjunta em declarações entregues fora dos prazos legalmente previstos. (Cabe ao GP PS).

O GP PS indicou como autora do parecer a Senhora Deputada Hortense Martins.

Neste momento, e não havendo oposição, o Senhor Vice-Presidente remeteu os restantes pontos para a próxima reunião, à exceção do ponto 11, que será discutido no fim desta reunião, e, antes de passar ao ponto 1 da reunião, deu conta da carta-convite dirigida à Assembleia da República pela Assembleia Nacional de Angola, para participar num evento enquadrável nas competências da COFMA, fazendo notar aos GP's a necessidade e urgência de ponderar uma eventual participação no mesmo, que se realiza na semana seguinte.

1. Audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, sobre o Relatório do Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras 2015 (1.ª parte) e no âmbito da apreciação, na

especialidade, dos Projetos de Lei n.º 289/XIII/1.ª (PSD), 293/XIII/1.ª (CDS-PP) e 301/XIII/2.ª (BE) (2.ª parte).

O Senhor Vice-Presidente deu as boas vindas ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, e à sua equipa, bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a primeira parte da audição no Plano de Atividades da COFMA, após o que deu a palavra ao Secretário de Estado para uma alocução inicial.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Miguel Tiago (PCP), tendo o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais respondido individualmente às questões colocadas. Registaram-se interpelações à mesa dos Senhores Deputados Mariana Mortágua (BE) e António Leitão Amaro (PSD).

No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Mariana Mortágua (BE) e Cecília Meireles (CDS-PP), tendo o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais usado da palavra para responder ao conjunto das questões.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Vice-Presidente deu por concluída a primeira parte da audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet](#) da audição.

A Senhora Vice-Presidente, Deputada Cecília Meireles, deu início à segunda parte da audição, no âmbito da apreciação, na especialidade, dos Projetos de Lei n.º 289/XIII/1.ª (PSD), 293/XIII/1.ª (CDS-PP) e 301/XIII/2.ª (BE), dando a palavra, de imediato, aos Senhores Deputados.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Cristóvão Crespo (PSD), Jamila Madeira (PS), Mariana Mortágua (BE), Patrícia Fonseca (CDS-PP) e Carla Cruz (PCP), tendo o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais respondido ao conjunto às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Cristóvão Crespo (PSD), Jamila Madeira (PS) e Carla Cruz (PCP). O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais declarou não pretender usar da palavra.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Vice-Presidente deu por concluída a segunda parte da audição.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet](#) da audição.

11. Discussão e votação do requerimento do PSD - Audição urgente do Senhor Ministro das Finanças.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) declarou prescindir da apresentação do requerimento.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) referiu que o Ministro das Finanças já compareceu diversas vezes na COFMA, não podendo estar em dúvida a sua disponibilidade. Por outro lado, argumentou que a audição de dia 25 de outubro, no âmbito da apreciação da Proposta de Lei de Orçamento do Estado (OE) para 2017, é uma boa oportunidade para debater a execução orçamental de 2016, até porque o calendário orçamental das próximas semanas apresentará dificuldades à disponibilidade do Ministro das Finanças, lembrando também que o PCP tem jornadas parlamentares na semana seguinte. No que toca à Caixa Geral de Depósitos (CGD), considerou não ser este o fórum adequado.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) realçou que as matérias objeto do requerimento do PSD deverão ser discutidas o mais brevemente possível, não devendo esperar pelo dia 25. Sublinhou as duas principais questões que estão na origem do requerimento, a saber, o entendimento de que as declarações do Ministro das Finanças sobre a execução orçamental estar em linha com o OE não correspondem à verdade e de que o Presidente da CGD desmentiu o Ministro das Finanças ao afirmar não ter recebido qualquer orientação para realizar uma auditoria interna. Considerou que tal exige rápidas explicações do Ministro das Finanças, manifestando a disponibilidade do PSD para que a audição ocorra no dia seguinte ao deste reunião e recordou que o Senhor Presidente da Assembleia da República pode autorizar trabalhos das Comissões durante as reuniões plenárias.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) declarou que não se opõe ao requerimento e que o BE votará o mesmo favoravelmente mas que é necessário haver bom senso, uma vez que este é um momento difícil em termos de calendário, devido à entrega do OE, recordando ainda que os GP's mais pequenos têm dificuldade em responder a todas as iniciativas. Considerou que é possível esperar até à audição de dia 25, uma vez que não há urgência.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) afirmou que nos casos de requerimentos potestativos costuma ser dado um prazo de quinze dias. Não sendo potestativo, não considerou pertinente colocar urgência na audição. Recordou que o PCP realiza jornadas parlamentares nos dias 10 e 11 e salientou que o PCP não concorda que a audição incida sobre a CGD, pedindo a separação de ambos os temas em caso de votação do requerimento.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) não se opôs à separação dos temas, deixando claro que considera as matérias urgentes e que não quer que a audição apenas tenha lugar no dia 25.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) apelou ao bom senso na avaliação desta questão, considerando que não se deve colocar no conceito de urgência a indicação de uma data-limite. Perguntou se não se estariam a criar condições para que o Ministro não venha.

A Senhora Vice-Presidente aproveitou para esclarecer que não há propriamente situações análogas nesta sessão legislativa.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) defendeu que a mesa pode tomar as diligências necessárias para que seja comunicado o prazo e informar porque não foi cumprido o prazo, acrescentando a Senhora Vice-Presidente que a mesa diligenciará como normal, mas que há sempre uma dependência relativamente à resposta do Governo.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) declarou que votará contra o requerimento se este mencionar datas, aditando que tal nunca aconteceu com os Ministros do anterior Governo.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) sublinhou que esta tentativa de forçar datas para a audição levará a que o PS vote contra.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) reiterou a vontade do PSD em que a audição se realize antes do processo orçamental, após o que o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) declarou que, sendo assim, não há necessidade de votar o requerimento com os temas separados porque o PCP votará contra. O Senhor deputado Duarte Pacheco (PSD) clarificou que o PSD pretende que a audição se efetue antes de dia 25 de outubro.

Procedendo-se à votação, o requerimento foi chumbado com os votos contra de PS, BE e PCP e os votos a favor de PSD e CDS-PP.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP), em sede de declaração de voto notou que o PCP iria votar a favor do requerimento e que a alteração da posição do PCP está relacionada com a forma como o PSD conduziu a discussão.

Seguidamente, o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) apresentou um requerimento potestativo para a audição do ministro das Finanças, ao abrigo do n.º 4 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) referiu que bastava que o PSD tivesse aceite a palavra “preferencialmente”, no que respeita à data da audição, e o BE teria votado a favor, afirmando não poder pactuar com este tipo de intransigência.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) realçou que o PS se iria abster e só votou contra devido à alteração promovida pelo PSD no seu requerimento. Acrescentou que se era esta a intenção o PSD poderia ter logo apresentado o requerimento, finalizando que considera que tudo não passou da criação de um facto político.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Vice-Presidente encerrou a reunião, às 21:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de outubro de 2016

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)

Reunião de 6 de outubro de 2016

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eurico Brilhante Dias
Fernando Anastácio
Hortense Martins
Inês Domingos
Jamila Madeira
João Galamba
João Paulo Correia
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Filipe Neto Brandão
Jorge Paulo Oliveira
Maria das Mercês Borges
Miguel Tiago
Santinho Pacheco
Ulisses Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Ventura
Ivan Gonçalves
João Pinho de Almeida
Paulino Ascensão
Rubina Berardo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Teresa Leal Coelho